

João Goulart e Salvador Allende: a luta contra a dependência na América Latina

Oswaldo Munteal
Thais Kronemberger
Patrícia Nóbrega
Mariela Diosa

Santiago, agosto 25 de 1965

SENHOR
JOÃO GOULART
MONTEVIDEO

Meu distinto presidente e companheiro:

Aproveito o cordial intermediário Tiago de Melo para transmitir-lhe mais uma vez, os sentimentos da minha mais absoluta solidariedade com a causa da libertação do povo brasileiro que Vs. encara nesta hora tão dura para a imensa maioria dos seus conterrâneos. Gostaria de encontrar algumas expressões capazes de contribuir para que a sua tarefa pessoal receba novos estímulos e seja assim enriquecida. Porém, limitar-me-ei a afirmar que aqui no Chile acompanhamos com agonia e sensibilidade as alternativas que se passam na sua terra.

Não tem cabimento que comece eu uma análise dos fatos. Basta contemplar as coisas com um olhar claro e sem preconceitos nem ceticismo. Cada dia que passa adquire uma maior consistência nos nossos espíritos o convencimento de que os fatos acontecidos no Brasil permitiram colocar em evidência muito precisa quais são os fatores que frustram o desenvolvimento latino-americano. Por isso mesmo, a temida experiência de Vs. evitará nos demais países, fracassos e tam-

bém evitará, em última instância, a escassa dor do nosso povo. Esta noção do próprio sacrifício pelo bem e pela homenagem dos outros constitui para os espíritos mais fortes e para as almas generosas, fato reconfortante.

Acrescento querido companheiro, a certeza de que cada chileno – cada filho do nosso povo não cego pela ignorância e a miséria e não confuso pela mistificação e a mentira publicitária massiva – sabe que no Brasil cumpre-se um processo que faz parte do próprio processo e da sua própria carne.

Tiago de Melo está, certamente, em condições de dar a Vs., uma visão correta e verdadeira sobre o Chile e seu novo regime e que a minha pessoa não será alentadora.

As contradições, a meu ver, deixaram-se sentir mais rápido do que o esperado, mesmo pelos espíritos mais pessimistas e em nome da revolução, a liberdade caminha para uma etapa de conseqüências imprevisíveis, e nas quais até hoje, o único item destacável e provável é a acentuação imperialista pelos convênios do cobre, cuja aprovação legislativa nos esforçamos para impedir, dentro das características do sistema, que até hoje, impõe seu signo na vida civil e nacional. Pode-se dizer, por desgraça ou por fortuna, que existe um momento em que a voracidade publicitária e as revoluções têm que encarar os fatos. E assim, surge nítida a verdade, certificando-se que as coisas são como são e não como a mentira quer que sejam.

A partida de Tiago de Melo é, para seus amigos, uma perda que imaginamos somente transitória. Mas, em todo caso, o povo brasileiro teve no Chile alguém que mostrou de forma muito positiva todas as suas características intelectuais e artísticas e, além do mais, um incansável difusor da realidade da sua luta atual. Espero que este afastamento seja compensado pelos frutos das tarefas que agora Tiago encarará para benefício da sua pátria e do processo popular da América Latina.

Repito, pois, os sentimentos do meu afeto e o vivo desejo que alentamos por ser úteis à causa da sua pátria.

Receba um fraternal abraço do seu amigo companheiro

Salvador de Allende G.

Introdução

*Jornalismo é dar nome aos culpados
e agüentar as conseqüências.*

Robert Fisk¹

Nos 100 anos de nascimento de Salvador Allende, este artigo pretende oferecer em primeiro lugar o acesso a uma correspondência inédita entre o presidente Allende e o presidente João Goulart num período importante da história recente da América Latina. Hoje, assistimos a uma retomada do projeto nacional para o continente com a ascensão de Lula, Morales, Chavez, Correa, Kirchner, Vasquez, Bachelet e Lugo. A intensidade das reformas não é a mesma de um país para o outro, porém o fluxo de mudanças faz com que este passado recente, em torno das raízes do espaço autóctone seja analisado. A origem andina, a maioria negra e os bolsões de miseráveis espalhados pela região assumiram outro contorno nesta última década relativamente ao olhar estatal, através de programas crescentes de reparação e inclusão sociais.

Em segundo lugar, mas não numa escala inferior, convidar o leitor a uma reflexão acerca dos caminhos que estavam sendo trilhados na região nos anos 1960. Certamente, os historiadores, os cientistas sociais e os jornalistas têm um encontro marcado com esta década. Podemos acrescentar que a experiência política vivida durante as ditaduras no Cone-Sul enfraqueceu a nossa crítica e reduziu a nossa combatividade face às operações de extermínio de lideranças, além do silêncio imposto a uma geração que crescia numa época de profunda transformação da consciência social. A derrubada do governo chileno, o assassinato do presidente e a instalação da ditadura fascista surgiram como o resultado de uma grande conspiração, numa articulação dos EUA, de diversas corporações multinacionais, instituições financeiras internacionais e regionais, setores da grande burguesia dos países latino-americanos e integrantes da burguesia e setores importantes das forças armadas chilenas. A derrubada de Allende em 11 de setembro de 1973 comprometeu toda a região e mergulhou o continente num vácuo de democracia.

O governo João Goulart (1961-1964) e o golpe civil-militar de 1964

Em setembro de 1961, João Goulart assumiu a presidência da República no Brasil apoiado por diversos setores sociais da população, como estudantes, intelectuais e sindicatos de trabalhadores, sob um cenário de grave crise militar e descontrole das contas públicas. O sistema parlamentarista, aprovado rapidamente para viabilizar sua posse e com a finalidade de impedir o exercício pleno dos poderes do presidente da República, não permitiu que Jango implementasse os projetos reformistas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). João Goulart procurou desarmar seus opositores através de uma política de conciliação, marcada pelo diálogo com diversos partidos representados no Congresso Nacional.

Problemas de difícil solução foram herdados por Jango. Havia uma forte crise econômico-financeira, com crescente aumento da inflação, além de exigências do governo norte-americano de pagamento de indenizações às empresas de energia e de comunicação devido à nacionalização.

Nas primeiras semanas, o governo dedicou-se à formulação de seu programa, tendo como pontos centrais: a defesa de reajustes salariais compatíveis com os índices de inflação; a autonomia da política externa; a nacionalização de algumas subsidiárias estrangeiras e as reformas de base (agrária, urbana, administrativa, universitária, tributária, fiscal e bancária). Com relação à reforma política, reivindicava-se a extensão do voto aos analfabetos e aos oficiais não-graduados das Forças Armadas, além da legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

As pressões pelas Reformas eram muitas, mas o governo enfrentava problemas no Congresso Nacional como, por exemplo, as divergências que haviam entre o Partido Social Democrático (PSD) e o PTB, com destaque para o tema da reforma agrária. O debate voltava-se para o art. 141 da Constituição que afirmava que as desapropriações de terras para a reforma agrária deveriam ser realizadas com indenizações prévias e em dinheiro. Nestas circunstâncias, divergia-se em como definir que tipo de reforma agrária deveria ser implementado, ou seja, a quem beneficiaria, em detrimento de quais forças sociais e políticas e quais os instrumentos legais para executá-la através de alianças que tornassem seus custos sociais politicamente viáveis. O PSD concordava com as indenizações, na condição de títulos de dívida pública, e permitia que as desapropriações atingissem apenas o latifúndio improdutivo. As esquerdas defendiam o programa reformista afastando-se da luta parlamentar, adotando a ação direta e

mobilizando os trabalhadores para exigir medidas mais imediatas, ainda que em embate com o poder Legislativo (Gomes e Ferreira, 2007).

Atendendo aos apelos dos setores nacionalistas e de esquerda, Jango afirmava o caráter inadiável das reformas de base, insistindo, desta forma, na implementação da reforma agrária, pois era um aspecto fundamental à melhoria do poder aquisitivo da população e do desenvolvimento do país.

Uma questão importante deste período foi o avanço da proposta nacionalista de Goulart com a implantação da Eletrobrás e a assinatura da Lei de Remessa de Lucros para o Exterior. Esta significava o rompimento com o passado colonial, ou pelo menos mais uma conquista da soberania nacional. Também merece destaque a política externa independente que incluía o restabelecimento das relações com os países socialistas. Em novembro de 1961, o Brasil restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética com a justificativa de amplas possibilidades apresentadas pelo mercado soviético para as exportações brasileiras. O governo Goulart também rechaçou as sanções contra Cuba, proposta pelos Estados Unidos, como também os preparativos para a intervenção armada em território cubano.

Acrescenta-se a este contexto o agravamento da crise econômico-financeira permeada por confrontos político-ideológicos. O governo norte-americano e o FMI (Fundo Monetário Internacional) bloqueavam todos os créditos para o Brasil, exigindo um plano de estabilização da moeda e o pagamento de indenizações às empresas estrangeiras expropriadas.

É importante destacar que em janeiro de 1963 inaugurou-se uma nova fase no cenário político brasileiro. Os brasileiros aptos a votar compareceram às urnas e decidiram pela adoção do regime presidencialista, abrindo uma nova fase da gestão de Goulart com fortes expectativas para a implementação de um programa de reformas em torno do exercício pleno do poder presidencial.

Responsável pela definição de uma nova estratégia nacional voltada para a modernização e para o desenvolvimento foi divulgado, em dezembro de 1962, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado por Celso Furtado, ministro do Planejamento. O Plano Trienal tinha como metas principais combater a inflação e, em seguida, implementar as reformas de base, em especial a reforma agrária. Porém, o alcance de tais reformas dependia de uma ação conjunta dos poderes da República, num período de dificuldades nas relações entre os poderes Legislativo e Executivo.

Como apontado por Abreu (2001), o êxito do programa apresentava

dois requisitos: a pressão inflacionária deveria ser reduzida por meio do financiamento contínuo do investimento público em alto nível, considerado essencial para o crescimento e a capacidade para importar seria mantida por um refinanciamento da dívida externa do país, concentrado em obrigações de pagamento a médio e a curto prazos. Com tantas críticas, Jango após três meses abandonou o Plano Trienal e voltou-se para a aprovação da reforma agrária, mas o conflito entre PSD e PTB impedia qualquer negociação no Congresso.

Como analisado por Munteal, Ventapane e Freixo (2006) é importante destacar que segundo depoimentos de Celso Furtado, o Plano Trienal sofreu uma ambivalência grave. Deve-se considerar os limites e as contradições de uma política econômica cepalina diante das desigualdades regionais e da dívida social do Brasil. Além disso, a idéia de uma economia planificada espantou as elites e acelerou a capacidade de liderança do presidente. Desta forma, o Plano Trienal representava um movimento de idéias que vinha se formando sobre o Brasil e as suas demandas, marcado pelo longo prazo e por instrumentos de mensuração social sensíveis às regiões mais debilitadas social e economicamente pela ampla história de dependência econômica.

A partir de 1963, a crescente radicalização política começou a desestabilizar o governo Goulart. Como descrito por Gomes e Ferreira (2007), um episódio envolvendo um grupo de sargentos insatisfeitos com a decisão judicial de que não poderiam ser eleitos ocupou Brasília pelas armas. Os ministros militares sentindo-se atingidos reagiram propondo a decretação do estado de sítio, o que foi aceito por Jango. Apesar de o pedido ter sido enviado ao Congresso Nacional, não havia bases políticas para a sua sustentação. Neste momento as forças contrárias ao governo Goulart uniram-se, pois viram no pedido de estado de sítio um fortalecimento inaceitável do presidente com os grupos de esquerda. Com isso, grupos políticos amplos e diferenciados entre si rejeitaram o pedido de estado de sítio e a posição assumida por Jango.

No final de 1963, estava claro que tanto as forças de direita quanto as de esquerda partiriam para um confronto. Quaisquer acordos e compromissos tornavam-se inviáveis. Jango começou a abandonar as suas tentativas de negociação e empenhou-se na aproximação dos setores de esquerda, persistindo na implementação de um projeto nacional reformista.

Como destacado por Abreu (2001) Jango concretizou diversas medidas que beneficiavam os trabalhadores, como a extensão dos benefícios da

Previdência Social aos trabalhadores rurais, a obrigatoriedade do empresariado em proporcionar ensino elementar gratuito aos funcionários, caso as empresas possuam mais de 100 empregados, e também o envio ao Congresso Nacional de mensagem que concedia ao funcionalismo público o 13º salário. Dentre estas medidas é importante destacar o Decreto Supra, como ficou conhecido o pedido ao presidente da Superintendência da Política Agrária, um decreto que permitisse a desapropriação de 20 km nas margens das rodovias e ferrovias federais. Este veio a se tornar o grande marco do seu governo.

A conspiração contra o golpe se expandia e Goulart possuía consciência disso. Em início do ano de 1964, as negociações com o FMI haviam sido restabelecidas e havia perspectivas de novos investimentos estrangeiros, porém eram acordos isolados e o governo norte-americano não possuía a menor intenção de auxiliar o governo Goulart. Junto a isto, o processo de radicalização política assumiu proporções preocupantes para a estabilidade democrática, em especial com o anúncio da realização do comício no dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. O comício das reformas, como ficou conhecido, contou em peso com a presença das principais lideranças políticas de esquerda. Jango proclamou a necessidade de modificar a Constituição e anunciou a adoção de importantes medidas, como a encampação de refinarias de petróleo particulares e o da Supra e o envio ao Congresso da mensagem presidencial pedindo a emenda do artigo da Constituição que previa a indenização prévia e em dinheiro para as desapropriações de terra.

Um episódio importante deste período conhecido como a Revolta dos Marinheiros marcou o já conturbado cenário político brasileiro. Um grupo de marinheiros contrariando a proibição do Ministério da Marinha compareceu a uma reunião no sindicato dos metalúrgicos, no Rio de Janeiro, comemorativa da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais. Este ato foi considerado uma subversão da hierarquia militar e o ministro da Marinha, Silvio Mota, enviou uma tropa de fuzileiros navais para invadir o prédio do sindicato e retirar os marinheiros do local. Contudo, a tropa negou-se a atacar e aderiu à revolta. A posição do comandante, Cândido Aragão, aliada à ordem emitida em seguida por Goulart, proibindo as tropas de invadir o local da reunião, provocou a renúncia do ministro da Marinha, Silvio Mota, pois sentiu-se desprestigiado. No dia seguinte, em 26 de março de 1964, o ministro do Trabalho, representan-

do o presidente da República, realizou um acordo com os responsáveis pelo motim, que foram presos e posteriormente libertados, sendo logo depois anistiados por Goulart.

A crise militar se agravou ainda mais quando Jango compareceu à solenidade de posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos no Automóvel Clube, no dia 30 de março de 1964. Acompanhado por vários ministros, Jango prestigiou o evento onde estavam presentes igualmente diversos fuzileiros navais e marinheiros, que dias antes tinham participado do motim. Após este acontecimento Goulart, o CGT e as forças de esquerda perceberam a gravidade da crise política e militar que o país vivenciava.

Para Toledo (2004) dois gestos de Goulart foram decisivos para o desencadeamento do golpe: a benevolência em relação à insubordinação de cabos e marinheiros no Rio de Janeiro e a posterior anistia dos revoltosos provocando a indignação da maioria da corporação militar; e o discurso na assembléia de marinheiros, no Automóvel Clube do Brasil, na noite do dia 30 de março.

Assim, na manhã do dia 01 de abril de 1964, o governo João Goulart estava condenado. O presidente começou a perceber que não tinha condições de segurança no Rio de Janeiro e viajou para Brasília, o que deixou a Guanabara sem resistências e permitiu o triunfo dos militares. Muitos estudantes que tentaram se manifestar a favor de Jango foram espancados e presos, o prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi incendiado.

Em Brasília, Jango lançou um manifesto à nação denunciando as forças reacionárias que desencadearam “mais uma vez um golpe contra as instituições democráticas”. A vertente econômica adotada pelo governo – dotada de viés social e preocupada com o desenvolvimento do país – acabou por angariar muitos adversários, que se posicionaram contrariamente aos esforços postos em prática. João Goulart destaca a luta intransigente na defesa do povo e contra os desmandos do poder econômico.

O manifesto resgata o princípio das prerrogativas do presidente e dos poderes que lhe competem, visto ser um representante da vontade soberana do povo. Ressaltamos que o documento manifesta uma perspectiva de que o povo não possuía a consciência da importância das reformas em curso e do posicionamento manifesto do governo em defender os interesses da nação. Tal concepção expressa o reconhecimento de que João Goulart, embora disponibilizasse de setores organizados da classe trabalhadora, como as lideranças sindicais, não contava com o amplo apoio das camadas mais populares.

Mais um ponto do manifesto a ser destacado foi o comprometimento com a reorientação das relações internacionais, que se caracterizou pela “política externa independente”. Jango destaca o fato de ter contrariado setores internacionais, com a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros.

Dentre as reformas em curso que foram abortadas pelo golpe estava a reforma agrária. Jango relembra que teve de fazer uso das atribuições constitucionais, tamanhos foram os adversários da prática da distribuição de terras àqueles que dela necessitavam.

Diante da velocidade dos acontecimentos – posto que relembramos que o manifesto é datado de apenas um dia após o golpe – o presidente ainda mantinha a crença de que poderia reverter a situação, fazendo assim um chamado à lealdade, bravura e a honra das forças militares e reivindicar o apoio das forças populares em sua defesa. A história nos mostraria que os episódios e os rumos das instituições do nosso país já estavam marcados, fazendo com que o presidente João Goulart – ainda na noite do dia 1º de abril, em que havia viajado para o estado do Rio Grande do Sul para iniciar a resistência e defender o poder legal – optasse por não resistir ao golpe, deixando o país rumo ao exílio no Uruguai para evitar o derramamento de sangue e o desencadeamento de uma guerra civil.

Para Toledo (2004) mais adequado seria não afirmar que 1964 representou um golpe contra a nascente democracia política brasileira; um movimento contra as reformas sociais e econômicas; uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores rurais e urbanos; um golpe contra o amplo debate teórico-ideológico que estava em curso no Brasil.

Com relação ao contexto internacional, este período é marcado pelos conflitos decorrentes da guerra fria, e em especial na América Latina, pelos impactos da revolução cubana sobre o continente e sobre a política norte-americana para a região. Como ressaltam Munteal, Ventapane e Freixo (2006) a burguesia e o próprio aparelho estatal dos EUA financiariam candidatos, organizações partidárias e demais entidades favoráveis aos interesses norte-americanos nos países latino-americanos. Assim, se a situação interna destes Estados se encontrasse sob um risco de uma “vitória comunista”, o aparato estatal norte-americano incentivaria a eclosão de golpes militares, e a conseqüente eliminação das lideranças esquerdistas.

É neste contexto que deve ser entendido o golpe de Estado pelas Forças Armadas, após obter o apoio tanto das elites brasileiras como do governo norte-americano, que destituiu João Goulart da presidência da República e ocasionou o colapso da democracia no Brasil.

Após um ano do golpe, estava claro que o regime militar tinha se estabelecido solidamente no poder. O aprofundamento do autoritarismo do regime, principalmente depois do Ato Institucional nº 2, que teve como principais medidas a dissolução dos partidos políticos e o estabelecimento de eleições indiretas para presidente da República, aumentou o afastamento de políticos civis.

Em 1966, em um contexto de crise e de divisão no Exército, a Frente Ampla de oposição ao regime militar começou a se articular. A Frente Ampla foi um movimento significativo que reuniu políticos com posições ideológicas diferentes em torno de um projeto comum de redemocratização do país por meio de ações políticas legais. O principal objetivo desta Frente era lutar pela pacificação política do Brasil através da plena restauração do regime democrático.

Este período é marcado por um clima político tenso, devido à crise entre Executivo e Legislativo, provocada pela cassação de deputados da oposição. O processo de cassação de direitos políticos, assim como a edição do Ato Institucional nº 3 que dentre outras medidas determinava a nomeação dos prefeitos das capitais pelos governadores, assim como eleições indiretas para estes últimos, justificam a constituição de uma ação oposicionista no Congresso Nacional.

Com a adesão de Goulart, a Frente Ampla conseguiu promover dois grandes comícios populares. Em abril de 1968, o regime militar através da portaria nº 177 proibiu todas as atividades da Frente e ordenou à polícia que detivesse aqueles que violassem a lei. Alguns meses depois, em 13 de dezembro, com o AI-5, não houve dúvidas com relação à repressão do regime a toda forma de oposição.

Neste contexto histórico durante as décadas de 1960 e 1970 de formação e instauração de ditaduras militares nos países latino-americanos – Uruguai, Paraguai, Argentina, Chile, Brasil – era cada vez maior o fechamento das vias políticas institucionais. Com isso, era contínuo o processo de cassação de mandatos e direitos políticos, sobretudo de parlamentares que foram exilados politicamente.

O cenário político chileno até 1973 contrastava com os outros países da América do Sul devido à inexistência de um regime ditatorial. Isto favorecia a permanência em território chileno de personalidades brasileiras para o desenvolvimento da atividade intelectual. A construção do marco teórico da Teoria da Dependência, desenvolvida principalmente por Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini, é um exemplo importante de produtividade intelectual da época durante o período de exílio político.

Um marco importante no cenário político do Chile foi a conquista do poder por Salvador Allende em 1970, como candidato da Unidade Popular (UP) que tinha propostas de reforma agrária e de estatização de empresas estrangeiras para o seu país. É relevante destacar que, após o golpe militar no Brasil em 1964 e o exílio de João Goulart, Salvador Allende mostrou-se solidário com o interrompido governo constitucional do ex-presidente brasileiro e com o fim do projeto desenvolvimentista no Brasil, que buscava incorporar os setores populares dentro de uma perspectiva reformista e nacionalista.

Vicário (1979) ao analisar as ditaduras militares na América Latina, resalta que os casos de ditadura do Brasil e do Chile são caracterizados por não serem constituídos com base numa concepção previamente elaborada e com regulamentações definidas, que antes foram resultado de movimentos pragmáticos que atuavam em função do estabelecimento de um controle militar do tipo corporativo sobre o aparelho de Estado. Este controle estendia-se a vários aspectos da sociedade civil de forma desordenada. Eram regimes organizados sob a forma da burocracia militar utilizando a hierarquia para a resolução de problemas.

Allende e a agenda das reformas

O cenário político chileno, até 1973, contrastava com outros países da América do Sul. O Chile sempre foi partidário europeu, desconhecia a existência de partidos populistas e de ditaduras. Eduardo Frei Montaña, presidente que precedeu Salvador Allende, era um político conservador do Partido Democrático Cristão, partido esse denominado antes de Falange Nacional, criado em 1938.

Nascido em Santiago em 1911, Frei ingressou no curso de direito da Universidade Católica do Chile em 1929 e disputou com Salvador Allende, líder da Frente de Acción Popular (FRAP), a candidatura à presidência em 1964, usando o slogan “Revolución en Libertad”, ganhando com 56% dos votos. Quarenta anos depois os documentos desclassificados da CIA e da casa Branca demonstram como o governo americano apoiou a campanha de Frei para frear o avanço do comunismo no Chile. A FRAP, criada em 1956, era a coalizão de partidos de esquerda, primeiro entre o Partido Socialista (PS) e o Partido Comunista (PCC). Era um conjunto de forças que defendia um programa anti-imperialista e anti-oligárquico. Ao longo

dos anos a FRAP agregou outros partidos de esquerda como o Partido Democrático del Pueblo e a Vanguardia Nacional del Pueblo. Salvador Allende concorreu pela FRAP em 1958 e 1964. No ano de 1969, as forças de esquerda e centro-esquerda se unem para formar a Unidad Popular, coalizão que concorreu à eleição para a presidência da República em 1969, sendo Salvador Allende o seu líder.

No início da década de 1960, o surgimento de idéias de reformas e revolução trouxe mudanças nas propostas políticas dos governos. Embora o partido de Frei fosse conservador, o Programa de “Cómo Avanza La Revolución en Libertad” do Partido Democrático Cristiano, “Um Programa que se cumpre e não se discute”, implantado no governo Frei, obedecia a uma linha social-democrata-cristã. A proposta consistia, entre outras coisas, numa reforma estrutural da economia, destacando uma nova política conhecida com a chilenização do cobre, a principal fonte de riquezas do Chile, criando a Codelco, a Corporação do Cobre. Como cita o documento do Programa: por uma educação para todas as crianças chilenas, pela organização da comunidade (Promoción Popular), pela criação de novas fontes de trabalho, pela reforma agrária, pelo Plano de Viviendas, pela reforma do sistema de propriedade, pela modernização da legislação do trabalho e a ampliação das bases sindicais, pela extensão e melhoramento dos programas de saúde, pela reforma e ampliação do sistema de segurança social, para alcançar essas metas, disse o presidente Frei que não transigirá, que não mudará nenhuma das propostas nem por um milhão de votos (...). Figuram também outros pontos de grande importância como a aceleração do crescimento econômico, o controle paulatino da inflação, a redistribuição de salários, o melhoramento da balança comercial, a reforma constitucional, a racionalização da administração pública e toda uma nova linha de ação nas Relações Internacionais.

A plataforma de reformas estruturais que o governo de Salvador Allende herdou não se distanciava dos objetivos e metas da Unidad Popular. Ao fim do governo Frei, o caminho para a nacionalização integral do cobre estava aberto. O Congresso Nacional aprovou em 1971 com poucas modificações e por unanimidade a emenda constitucional que possibilitou a nacionalização total do cobre, postulada como Lei n° 17.450.

O presidente Salvador Allende se dirigiu ao país assinalando que: “O Chile vai nacionalizar o cobre em virtude de um ato soberano. Ato sobe-

rano que inclusive está consagrado nas resoluções das Nações Unidas, que estabelecem que os países têm direito a nacionalizar suas riquezas básicas”. Ao agregar um discurso socialista à retórica democrata-cristã, Allende conquista o poder como candidato da Unidade Popular (UP) em 1970. Processos como reforma agrária e estatização de empresas fizeram parte da sua proposta para o país. A primeira grande estatização foi referente ao cobre. A partir do dia 15 de julho de 1973, o Estado se tornaria o proprietário de todas as empresas extratoras de cobre. Certamente esta decisão retirava do mercado as maiores empresas mineiras. Como vingança, deu-se início a um boicote ao governo, impossibilitando empréstimos internacionais. Porém, isso não pareceu prejudicar a nova ordem chilena.

A condução da economia chilena foi fundamental para a mudança de agenda. No lugar da racionalização liberal, chegou-se ao caminho de um perfil distributivo através da intervenção direta do Estado na economia. O caráter do poder público mudou com um esforço considerável de organização e capacitação dos quadros técnicos e da burocracia, além de um esforço de preparação dos trabalhadores e dos sindicatos para as tarefas de uma gestão compartilhada entre o Estado e a sociedade civil. O economista Pedro Vuscovic, colaborador fundamental da UP, chamou a atenção constantemente para o fato de que a propaganda da grande imprensa burguesa projetou a imagem de que os administradores do governo popular de Allende eram piores que os gestores anteriores ligados à grande burguesia financeira. E que esta teria sido a razão imediata dos problemas chilenos, ou seja, uma crise de gestão pública.

No decênio dos anos 1960 o ritmo de expansão da economia latino-americana superou apenas ligeiramente o decênio anterior, sendo semelhante ao da economia mundial e inferior ao dos países e regiões mais dinâmicas, o que significa que, no seu conjunto, a posição relativa da América Latina piorou. As mesmas informações, sobretudo da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), assinalam que no mesmo período os índices correspondentes ao Chile foram todos inferiores à média latino-americana, quer se trate do produto global, quer do rendimento por habitante, do ritmo de expansão industrial, dos serviços básicos ou da produção agropecuária. Além disso, o Chile foi um dos países que registraram as mais altas taxas de inflação durante a década, que atingiu a média anual de 26%.

No Chile contrasta até com mais nitidez o aumento moderado da participação do setor industrial e de serviços básicos na criação do pro-

duto, com a diminuição do emprego nesses setores e na agricultura, ampliando-se assim a incongruência entre as estruturas produtivas e as do emprego. As possibilidades de corrigir esta incongruência foram mais reduzidas no Chile na medida em que o seu coeficiente de investimentos durante a década foi inferior à média latino-americana e manteve-se constante entre 1955 e 1969.

Como na quase generalidade dos países da região, chegou-se no Chile ao fim dos anos 1960 com uma extrema desigualdade na distribuição social dos frutos do desenvolvimento, tanto entre os setores urbanos e rurais como entre as diferentes regiões e segundo o nível de rendimentos dos seus habitantes. Este quadro tendia a agravar-se em consequência de processos muito agudos de concentração crescente da propriedade dos meios de produção e da internacionalização progressiva da economia, principalmente dos seus setores mais dinâmicos.

Pelo mesmo motivo, não poderiam surpreender os resultados desalentadores para o Chile que revelam as informações da CEPAL correspondentes a 1970: um aumento do produto interno bruto de 2,5%, o mais baixo da América Latina, apenas superior ao crescimento da população; um aumento do rendimento real de apenas 14%, ou seja, uma diminuição do rendimento per capita, em consequência da ação adversa da relação de preços de troca, provocada pela baixa do cobre no mercado internacional; enfraquecimento do trabalho nas minas, motivado pela diminuição importante na produção do carvão e salitre, e em menor medida também na do petróleo e do minério de ferro; crescimento exíguo da indústria manufatureira e nova aceleração do ritmo de aumento dos preços internos, com a taxa de inflação mais alta da América Latina.

Desse modo, os aspectos negativos do subdesenvolvimento do país resumem-se no baixíssimo ritmo de crescimento do produto *per capita* e sua prática estagnação desde 1967; na persistência de uma inflação aguda; na deformação da estrutura produtiva orientada para satisfazer os padrões de consumo dos grupos de altos rendimentos; na acentuação de uma distribuição do rendimento nacional extremamente injusta; numa acumulação crescente de emprego e subemprego; na ampliação dos setores da população marginais, alheios ao esforço produtivo e à distribuição dos seus resultados; na subutilização crescente da capacidade produtiva instalada.

Não é demais lembrar que o Chile dispunha de uma dotação privilegiada de recursos naturais, tanto pela sua extensão como pela sua variedade,

e de uma população homogênea de considerável desenvolvimento cultural. Estabeleceu-se desde muito cedo uma sólida organização institucional e manteve um alto grau de estabilidade política. Resolveu favoravelmente as superadas confrontações do século XIX e alcançou sem conflitos de importância a sua integração e sentido como nação. O desenvolvimento primário exportador da sua economia permitiu-lhe no passado uma presença significativa no comércio e no transporte internacional. Iniciou precocemente um incipiente processo de industrialização, enfrentou decididamente o período de substituição de importações e deu impulso ao desenvolvimento de setores industriais básicos e de infra-estrutura. E, o que talvez seja mais importante, na experiência do Chile tem estado presentes planos sistemáticos de reformismo econômico e social, e durante os últimos anos a assistência financeira do exterior alcançou níveis muito elevados. Todavia, a presença de todos estes fatores não permitiu modificar o estado e a evolução da economia nacional chilena. Este foi o diagnóstico central da equipe econômica que orientou o reformismo de Allende.

Nessas circunstâncias afirmou o economista Pedro Vuskovic:

É no contexto desta situação e da frustração histórica dos esforços feitos para superar que trabalham as forças sociais, a partir de 4 de setembro do ano passado abrem caminho no nosso país a uma experiência diferente. Não se trata de uma decisão política arbitrária, mas de um processo de transformação que a própria realidade tornou inevitável.²

A partir da crise do sistema capitalista mundial, nos últimos 30 anos o país empreendeu um processo de industrialização destinado a ampliar a base produtiva da economia e a apoiar uma alternativa autônoma de desenvolvimento. A enorme desigualdade na distribuição dos rendimentos e da riqueza, a persistência de relações de produção arcaicas e a própria situação de dependência constituíram impedimentos decisivos manifestados na insuficiência dos resultados, na perda de dinamismo do sistema e até na desnacionalização progressiva dos setores produtivos destinados a assegurar o desenvolvimento autônomo.

O reforço da industrialização substitutiva foi substituído por uma concepção sobre o desenvolvimento latino-americano, encaminhada no sentido de promover a integração econômica regional, de considerar os problemas sociais que o funcionamento espontâneo dos sistemas econômicos

latino-americanos não conseguiu resolver e fixar novas bases para a cooperação financeira e técnica exterior. Recolhemos ainda hoje os elementos positivos contidos nessas concepções, mas damos valor principalmente à dura experiência de uma década em que a política de desenvolvimento que as traduzia em ações práticas deixa um saldo de frustrações e uma herança de problemas não resolvidos.

Depois do fracasso das políticas defendidas em tais concepções confirma-se que o subdesenvolvimento é o resultado inevitável de um padrão histórico de desenvolvimento de uma modalidade estrutural de desenvolvimento da economia. São os caracteres principais do desenvolvimento capitalista dependente, a anarquia na atribuição de recursos produtivos; a concentração crescente da propriedade e dos rendimentos; o domínio do capital estrangeiro sobre as nossas riquezas básicas e a desnacionalização progressiva da economia, e que explicam também a decisão do povo do Chile de substituir a estrutura econômica, acabando com o poder do latifúndio e do capital monopolista nacional e estrangeiro para iniciar a construção do socialismo. Não se tratou na década de 1960 só de realizar as reformas estruturais necessárias para modificar as condições de funcionamento da economia e da sociedade, mas de transformar qualitativamente a sua natureza. Não se tratou de resolver a situação no interior dos limites do sistema, mas de substituir o sistema.

Mais uma vez voltando a Vuskovic:

O desenvolvimento é portanto, um processo político mas não porque seja resultado duma decisão política particular, mas porque constitui um processo de transformação histórico-social de natureza política. Só surge a vontade dum Governo de realizar um determinado programa de reformas estruturais na medida em que esse Governo representa uma resolução das contradições sociais favoráveis às classes, cujos interesses são os do desenvolvimento, a transformação da sociedade e o estabelecimento de novas relações de produção propícias à expansão das forças produtivas.³

Entre os teóricos da dependência chegou-se à conclusão de que os números recentes mostram que os investimentos estrangeiros nas novas nações e na América Latina se desviam cada vez mais da exploração de petróleo, matérias-primas e agricultura para se fixarem nos setores

industriais. Até mesmo onde a maioria dos investimentos permanece fixada nos setores tradicionais, a taxa de crescimento do setor industrial é rápida. Isto é verdadeiro não só para a América Latina, mas também para a África e para a Ásia.

A verdade é que os cartéis multinacionais não só investem nos setores industriais das economias dominadas ou dos setores tradicionais da agricultura e das minas, mas também, ao operarem nestes últimos, procedem segundo novos métodos técnicos e organizacionais, aceitando por vezes a participação local das empresas. Bem entendido, estas transformações não significam o desaparecimento dos antigos tipos de investimento capitalista (nos setores do petróleo e das matérias-primas), mesmo no caso das economias dependentes industrialmente mais avançadas (Argentina, Brasil, México). No entanto, os traços dominantes do imperialismo nesses países, o desenvolvimento da sua industrialização, não poderiam ser definidos e tratados de modo rigoroso recorrendo aos quadros de referência segundo os quais a troca de matérias-primas contra produtos manufaturados constitui as características do comércio com esses países, sendo os seus meios de produção quase exclusivamente propriedade estrangeira.

Mesmo o setor dos minerais (o magnésio, no Brasil, por exemplo, o cobre no Chile sob o governo de Frei ou as indústrias químicas do petróleo em diversos países) estava, com efeito, submetido aos novos modos de propriedade econômica. O traço distintivo dessas novas formas é a empresa conjunta, que compreende capital local do Estado, capital nacional privado e um investimento de um monopólio internacional (sob controle estrangeiro em última análise). Por conseqüência, em certas economias dependentes entre as quais se encontram as dos países “em vias de desenvolvimento” da América Latina – os investimentos estrangeiros já não são uma forma de exploração pura e simples como era o caso do imperialismo clássico.

Falando estritamente – considerando os indicadores puramente econômicos – não é difícil mostrar que o desenvolvimento e a penetração dos monopólios nos setores industriais dos países dependentes não são incompatíveis. A idéia de que se produz uma espécie de desenvolvimento do subdesenvolvimento, além do jogo verbal, não nos ajuda a compreender melhor. De fato, a dependência, o capital monopolístico e o desenvolvimento não são termos contraditórios: produz-se uma espécie de desenvolvimento capitalista dependente nos setores do Terceiro Mundo integrados na nossa forma de expansão dos monopólios.

Segue-se que nos países como a Argentina, Brasil, México, África do Sul, Índia e outros, produziu-se uma fragmentação estrutural interna e uma identificação dos setores mais “avançados” de sua economia com o modo capitalista internacional de produção – por meio de ligações diretas com o sistema do capitalismo monopolista internacional.

A partir desse tipo internacionalizado de economia, e embora lhe estejam subordinados, os setores sociais e econômicos subdesenvolvidos dos países dependentes farão o papel de “colônias internas”. O abismo entre os dois aumentará provavelmente, criando um novo tipo de dualismo, muito diferente daquele de que falaram autores não-marxistas. A nova dualidade estrutural corresponde a uma espécie de diferenciação interna da mesma unidade. Resulta diretamente da expansão capitalista, bem entendido, é funcional em relação a essa expansão, na medida em que permite manter os salários a um nível muito baixo e diminui as pressões políticas dentro do setor “moderno”, sendo sempre melhor em termos comparativos a situação social e econômica dos indivíduos nesse setor. Aqui verificamos uma profunda cisão no pensamento crítico latino-americano. Três posições teórico-metodológicas em destaque: 1. a nova dependência de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto; 2. a teoria da dependência formulada por Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini, e 3. a concepção oriunda do pensamento da CEPAL de Celso Furtado, Raul Prebisch e do próprio Pedro Vuskovic, ministro da economia da Salvador Allende.

Fernando Henrique vai formular o conjunto de questões que passamos a analisar e que comprometeram gravemente o futuro político do nosso continente. Em que medida se pode sustentar a idéia do desenvolvimento associado com a dependência? Indaga FHC. A resposta não poderia ser dada de improviso. Em primeiro lugar, propomos a hipótese de que a tendência atual dos investimentos imperialistas permite um certo nível de participação local no processo de produção econômica. Por que, como, e em que medida?

Porque em evidência um traço primordial que diferencia as formas atuais e as formas antigas do capitalismo. Antigamente, as mercadorias produzidas nas economias dependentes pela empresa estrangeira eram na sua grande maioria – senão inteiramente – destinadas às economias dos países avançados: petróleo, cobre, café, ferro, bauxita, magnésio, etc., eram produzidos para serem vendidos e consumidos nos países avançados capitalistas. Isto explica por que razão o mercado interno das

economias dependentes não interessava às economias imperialistas, exceto a modesta porção de mercadorias de importação consumidas pela classe superior da sociedade dominada.

Para as GM, Volkswagen, General Electric, Sears Roebuck, etc., o mercado latino-americano, se não mesmo o mercado de cada um dos países da América Latina onde os cartéis produzem, é o objetivo imediato em termos de lucro. Assim, pelo menos em certa medida, os investimentos estrangeiros desse tipo têm necessidade de um certo nível de prosperidade interna.

Que espécie de prosperidade interna? Quando falarmos da repartição do rendimento, das estruturas do mercado e do emprego, mostraremos que, na realidade dos fatos, o tipo de desenvolvimento produzido pelo investimento estrangeiro – em razão de causas específicas que adiante se discutirão, em particular o tipo de tecnologia utilizado e a forma de acumulação do capital – cria um tipo de mercado limitado e restrito, destinado a uma classe superior.

Todavia, há e haverá frações das sociedades dependentes ligadas aos monopólios no interior e no estrangeiro por interesses comuns. Por outro lado, apesar do desenvolvimento econômico interno, os países ligados ao capitalismo internacional por esse tipo de ligação permanecem economicamente dependentes, na medida em que a produção de meios de produção (tecnologia) continua concentrada nas economias capitalistas avançadas (principalmente nos Estados Unidos).

Conforme o esquema marxista de reprodução do capital, o setor I (a produção dos meios de produção) – parte estratégica do sistema de reprodução – não existe virtualmente nos países dependentes. Assim, numa larga perspectiva, a realização da acumulação de capital *exige* uma complementaridade produtiva que não existe no interior do país. Na interpretação de Lênin, as economias imperialistas exigiam a expansão exterior para a realização da acumulação do capital. Reciprocamente, no seio das economias dependentes, o capital regressa à metrópole a fim de completar o ciclo da reprodução capitalista. É a razão pela qual a “tecnologia” é tão importante. O seu aspecto “material” é menos impressionante do que a sua significação como forma de manutenção do controle e como uma etapa necessária no processo de acumulação capitalista. Os cartéis asseguraram para si uma função-chave no sistema global de acumulação de capital, com a ajuda das “vantagens” tecnológicas. Um certo grau de prosperidade

local é assim tornado possível na medida em que os produtos de consumo, produzidos localmente pelos investimentos estrangeiros, induzem alguns efeitos dinâmicos nas economias dependentes. Mas, ao mesmo tempo, o processo global do desenvolvimento capitalista exige uma relação recíproca entre o setor da produção dos produtos de consumo e o setor dos bens de investimento, reproduzindo desse modo os laços de dependência. Um dos fatores principais explicativos da expansão capitalista na teoria de Lênin era a busca de possibilidades de investimentos.

Atualmente, uma vez que o capital estrangeiro vai para o setor industrializado das economias dos países dependentes, na sua busca de mercados externos, deram-se algumas alterações consideráveis. Em primeiro lugar, tendo em conta as ações em número crescente repetidas nos cartéis estrangeiros, o montante líquido de capital estrangeiro realmente investido nas economias dos países dependentes diminuiu; as economias locais e o reinvestimento dos lucros realizados sobre os mercados locais fornecem as fontes necessárias para o aumento dos capitais estrangeiros, tendo ao princípio um montante relativamente limitado. Este processo está intimamente ligado ao processo tratado anteriormente, o da expansão do mercado local e está igualmente ligado ao aumento do número de empresas estrangeiras.

Em segundo lugar, e fato não menos importante, os dados mostram que as economias dos países dependentes exportam capital para as economias dos países dominantes durante o período de imperialismo monopolista. Em reação contra esse processo, certos países dependentes tentaram impor um limite aos lucros exportáveis. No entanto, os cartéis internacionais viram bem que a melhor maneira de fazer entrar lucros era fazer pagar licenças, patentes, *royalties* e outros direitos. Esta forma de exploração, juntamente com as dívidas crescentes das nações exploradas junto das agências internacionais e dos bancos (controlados, de fato, pelos grandes países imperialistas), determinou as principais formas de exploração. Este estudo não tem por fim debater todas as conseqüências econômicas do capitalismo monopolístico. No entanto, já está a vista um certo número de repercussões do novo modelo de imperialismo, no que respeita aos Estados Unidos e a outras economias importantes. Se existe um problema real de rentabilidade do capital para o capitalismo monopolista, a nova forma de dependência aumentará a necessidade de encontrar novos campos de exploração para o capital acumulado nas economias metropolitanas.

É testemunho disso a tendência dos cartéis para denunciar cada vez mais as insuficiências técnicas da administração. As despesas militares constituem outro meio de encontrar novas saídas para o capital.

Na realidade, as principais tendências do último decênio mostram que a participação latino americana, simultaneamente na expansão do comércio internacional e nos investimentos, está diminuindo. Ao fazermos a distinção entre dois setores do comércio internacional – o centro e a periferia – verificamos que as taxas de crescimento comercial eram de 7,9% por ano nas economias centrais e de 4,8% nas periféricas. Em consequência disso, as exportações das economias periféricas que atingiram um ponto máximo em 1948 (32% do comércio internacional) baixaram para 26% em 1958 e para 21% em 1968 (abaixo dos 28% do período antes da guerra). No caso da América Latina, esta participação desceu de 12% em 1948 para 6% em 1968. O mesmo se passa quanto à importância da periferia para os investimentos americanos. A periferia absorveu 55% dos investimentos totais diretos dos Estados Unidos em 1950 e apenas 40% em 1968. A participação latino-americana neste processo desceu de 39% para 20% durante o mesmo período.

Bem entendido que estes dados não mostram o aumento dos empréstimos e subvenções que – como já foi sublinhado – têm uma importância cada vez maior no imperialismo econômico. No entanto, o fato das relações entre as economias mais avançadas estarem a desenvolver-se não pode ser utilizado como argumento para concluir que vamos a caminho do fim do imperialismo. Muito pelo contrário. A conclusão mais justa seria que as relações entre os países capitalistas avançados e os países dependentes evoluem antes para uma marginalização destes últimos no sistema global do desenvolvimento econômico (tal como sublinhou Aníbal Pinto). A teoria da chamada nova dependência previu algumas consequências políticas. Podem esperar-se certos resultados da nova forma de dependência, no que respeita à adaptação política e as reações no interior dos países dominados. Se a análise estiver certa, o processo de fragmentação dos interesses atrás descrito arrastará provavelmente uma diferenciação interna que, muito esquematicamente, apresentará as seguintes formas: uma parte da “burguesia nacional” (a principal, em termos de poder econômico – agrário, comercial, industrial ou financeiro) beneficia-se diretamente, como sócio menor, dos investimentos estrangeiros. Os formuladores de um desenvolvimento dependente e associado para o Cone Sul vislumbra-

ram, não apenas aos associados diretos, mas também aos grupos econômicos que beneficiam-se da atmosfera de prosperidade fictícia criada pelo desenvolvimento (o que se verifica facilmente no Brasil e no México, por exemplo). O processo vai mais longe e não é somente uma parte da classe média (intelectuais, funcionários do Estado, exército, etc.) que está implicada no novo sistema, mas até mesmo uma parte da classe operária. Os empregados do setor “internacionalizado” pertencem-lhe estruturalmente. É evidente que a dependência estrutural não significa a cooptação política imediata, defendem-se os gramscianos uspianos. A integração política efetiva dos grupos e dos indivíduos depende dos processos políticos, dos movimentos, e dos fins e opções que se lhes apresentem. No entanto, na medida em que desenvolve o processo de internacionalização das nações dependentes, torna-se difícil continuar a ver o processo político em termos de uma luta entre a nação e a anti-nação, concebendo-se esta última como potência estrangeira do imperialismo. A anti-nação estará no interior da nação – por assim dizer, no próprio âmago das diferentes camadas sociais. Além disso, conceber, neste caso, a nação como uma nação “ocupada” não parece convincente. Poucos são os “outros”, em termos culturais e nacionais, que representem fisicamente a presença do “inimigo”. FHC, Serra e Falleto não querem dar a impressão de conceber o processo político de uma maneira mecanicista. Por isso, a intenção que revelam e para inferir as conseqüências políticas a partir de uma análise econômica estrutural: a verdade é que a maior parte das interpretações esquerdistas da situação política da América Latina não só procedem do mesmo modo, mas também adotam um falso ponto de partida estrutural. Algumas observações mais gerais poderiam resumir-se da maneira seguinte: a) a análise baseada na pressuposição ingênua de que o imperialismo unifica os interesses e as reações das nações dominadas é uma simplificação abusiva do que na realidade se passa. Nela não se leva em consideração a fragmentação interna dos países e os efeitos de atração que o desenvolvimento exerce sobre as diversas camadas sociais, e não apenas sobre as classes superiores; b) Os termos “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” (André Gunder Frank) resumem o segundo erro. De fato, a hipótese de uma ausência de dinamismo estrutural nos países dominados, por culpa do imperialismo, interpreta mal as formas reais do imperialismo econômico e apresenta uma explicação política confusa da situação. É necessário compreender que, em situações específicas, é possível pressupor o “desenvolvimento” e a “dependência”.

Além disso, não é possível generalizar o que diz respeito a esses processos, relativamente ao Terceiro Mundo. Estes processos só se produzem quando os cartéis reorganizam a divisão internacional do trabalho e fazem entrar as economias dependentes nos seus planos de investimentos produtivos.

Para os social-democratas e cepalinos a maior parte do Terceiro Mundo não estava necessariamente implicada nessa situação estrutural específica. Afirmar o contrário, diziam os teóricos liberais da dependência associada, levaria a erros políticos equivalentes aos que derivam, por exemplo, da análise da América Latina feita pelos dependentistas. Eles aceitaram a idéia de que o imperialismo homogeneizou todos os países da América Latina (com uma ou duas exceções) e adotaram o quadro de referência que insistia no antigo tipo de exploração imperialista já caducado com o fortalecimento, o domínio da oligarquia e dos proprietários de bens de raiz.

Quanto aos neo-dependentistas, defendiam-se afirmando que existiam diferentes formas de dependência na América Latina e que em algumas delas o desenvolvimento arrasta consigo uma perturbação dos poderes locais, deslocando do poder os antigos grupos oligárquicos e reforçando os tipos mais modernos de controle político.

Neste sentido, as atuais ditaduras da América Latina, mesmo quando são apoiadas militarmente, não exprimem, em virtude de coações estritamente estruturais, uma forma tradicional de domínio, oposta ao desenvolvimento: isto é, um capitalismo antimoderno.

Basta repetir que, do ponto de vista da esquerda, existem argumentos muito poderosos que justificam a crítica das duas novas formas de imperialismo e autoritarismo político. Mas é absolutamente evidente que se impõe fazer novas análises políticas para explicar as formas técnicas e burocráticas do autoritarismo do Estado ao serviço dos interesses da burguesia internacional e seus aliados. Neste contexto, Fernando Henrique tentou evitar uma aproximação mecanicista, uma orientação justa na luta contra o imperialismo capitalista, reivindicando a exigência de uma atenção especial aos problemas culturais e às diferentes formas de alienação, ou seja, um ataque às formas modelares da superestrutura.

Se o modelo capitalista de desenvolvimento dos países industrializados dependentes cria a parcelização interna e as desigualdades, os valores ligados à integridade nacional e à participação social podem ser transformados em instrumentos de luta política. Permitir ao Estado e à camada burguesa

arvorar a bandeira do nacionalismo – concebido não apenas em termo de soberania, mas também de coesão interna e de integração social progressiva – seria um erro de conseqüências profundas. Para citar o próprio Fernando Henrique vejamos:

Não quero dizer que a fração estratégica (ou revolucionária) das sociedades industrializadas dependentes constitua um “setor marginalizado”. Mas a crítica da marginalização como uma das conseqüências do desenvolvimento capitalista com a organização de massas não estruturadas constituem pontos indispensáveis numa tal análise e na estratégia política. Por esta razão, não é realista esperar que a burguesia nacional conduza a resistência contra a penetração estrangeira. Assim, a crítica feita a partir da perspectiva da dependência não pode repousar em valores associados ao nacionalismo burguês. A integridade nacional no sentido em que a empregamos significa em primeiro lugar a integração popular na nação e a exigência da luta contra a forma especial de desenvolvimento promovida pelos grandes cartéis.⁴

E voltando às teses que vingaram das ditaduras aos processos de redemocratização:

Do mesmo modo que o sindicalismo se pode tornar um perigo para os trabalhadores nas sociedades capitalistas avançadas, o desenvolvimento é um verdadeiro pólo de atração ideológica para a classe média e para os trabalhadores nos países da América Latina. Para lutar contra esta sedução, não basta negar numa base puramente ideológica o progresso econômico quando ele se produz. Os argumentos devem ser apoiados por valores e objetivos que aprofundem a tomada de consciência do povo em relação às desigualdades sociais e à dependência nacional. É claro que a adoção de uma política e de alianças políticas capazes de combater as novas formas de imperialismo exige uma análise política concreta das classes e dos grupos nos países onde os movimentos sociais estão a surgir ou já existem.⁵

Após o exame das teses da CEPAL consteladas nas palavras e ações de Vusckovic e dos argumentos social-democratas expostos por Fernando Henrique e pela teoria da nova dependência, examinemos o foco do MIR. O movimento de esquerda revolucionária significou um dos campos intelectuais e do xadrez político da maior relevância no cenário da agenda de Allende. Nas teses do MIR, desde a Segunda Guerra Mundial, a situação internacional pode ser definida pelo progresso da revolução colonial e pela resistência do imperialismo; a oposição declarada aparece como linha fundamental da política dos Estados Unidos perante os governos reformistas de esquerda; a situação no sudeste asiático é um sinal de agressividade crescente do imperialismo no mundo. Na América Latina, apesar da Aliança para o Progresso, os EUA regressaram, desde 1965, data da sua intervenção em S. Domingos, à política do “arrocho” relativamente aos regimes “democráticos” pequeno-burgueses.

O imperialismo viu-se, no entanto, por vezes obrigado a aceitar governos reformistas onde não pode intervir a tempo, em virtude de objetivos mais importantes, como aconteceu no México quando da nacionalização do petróleo por Lazaro Cardenas. Do mesmo modo os governos populistas como o de Sukarno na Indonésia e o de Nkrumah no Ghana sobreviveram durante um certo tempo. As coisas passaram-se diferentemente para os governos desse tipo na retaguarda colonial onde os Estados Unidos tiveram as mãos livres para intervir, como o fizeram na Guatemala em 1954 e 10 anos mais tarde no Brasil das Reformas de Base de Goulart.

A escala mundial, a agressividade do imperialismo manifesta-se pela extensão da Guerra do Sudeste asiático ao Camboja e ao Laos; enquanto se intensificou o conflito do Oriente Médio. O imperialismo ativou-se nas duas frentes, mas tentou “descomprometer-se”: a “vietnamização” substituiu soldados americanos por tropas locais ao serviço dos Estados Unidos, enquanto no Oriente Médio, o exército de Israel representou os interesses estadunidenses. Na América Latina essa política endureceu com o acordo das burguesias nacionais, como o testemunharam o Brasil, a Argentina, o Uruguai, a Guatemala, a Bolívia, etc. No manifesto do MIR em apoio a Salvador Allende temos a seguinte passagem:

Ainda que os Estados Unidos se vejam por vezes na obrigação de suportar algumas distorções locais e temporárias nas províncias do Império, é pouco provável que o façam a longo prazo no Chile, o que não exclui a tolerância provisória a cur-

to e médio prazo perante um governo reformista no Chile. É um fato que desde 4 de setembro não revelou qualquer intenção de intervenção aberta; é possível que os conflitos do sudeste asiático e do Oriente Médio, a manutenção do “prestígio” do “leader” do “mundo livre” e o movimento interior contra a guerra do Vietnam limitem durante um certo tempo a ação política dos Estados Unidos.⁶

No entanto as lideranças do MIR reconheceram que não se deve confundir as limitações conjunturais da agressividade imperialista com uma tolerância estratégica em relação ao reformismo de esquerda na América Latina e negar a seguinte evidência histórica: ou o capital americano obtém garantias de poder pelo menos transferir os seus investimentos dum setor da economia para outro, ou os seus interesses estão ameaçados o que desencadeia a médio ou a longo prazo uma política de intervenção; isto não exige a intervenção direta e pode assumir a forma de uma agressão argentina ou de uma reativação do conflito entre as classes dominantes e os trabalhadores chilenos (vejam-se as declarações da SIP, que o New York Times edita, a favor dum golpe de estado militar no Chile, etc.).

Entre as causas do triunfo eleitoral da UP deve-se ressaltar o progresso na mobilização das massas que permitiu o que se considerava muito difícil de conseguir: a maioria eleitoral da UP. Essa mobilização fez a luta das classes entrar numa fase aguda e provocou a divisão das classes dominantes que apresentaram dois candidatos às eleições presidenciais (Tomic e Alessandri); isto explica que tendo obtido em 1964 38% dos votos, a esquerda tenha triunfado em 1970 com cerca de 36%. As classes dominantes tinham cometido um erro de cálculo dividindo-se; mas não foram as únicas a enganarem-se: face à expansão das massas, ao crescimento da esquerda e ao desencadeamento de ações revolucionárias no Chile, no Brasil, na Argentina, no Uruguai e na Bolívia, as classes médias amedrontaram-se; e se um setor procurou proteção desde o início, ao lado das lideranças de direita (e certos até ao fim), uma grande parte dessa massa preferiu, a um regime de direita tradicional que, seguramente, abriria caminho para uma esquerda revolucionária, a demagogia tomicista que propunha a “ordem e a paz”; isto permitiu o voto para Tomic que ao fim e ao cabo foi favorável à UP contra o alessandrismo.

O exacerbamento da luta das classes na época provocou igualmente fissuras no seio das Forças Armadas que perderam relativamente o seu tradicional monolitismo, privando assim as classes dominantes de um instrumento seguro em que baseassem o seu poder antes, ou imediatamente após as eleições.

Mais uma vez retomando as teses do MIR:

A maioria eleitoral da UP testemunha ainda a maturidade atingida pelas massas, quando das mobilizações do último período. Essa maturidade permitiu à massa importante, que hoje aspira ao socialismo, resistir à intoxicação da propaganda capitalista exercida massivamente durante a campanha. É preciso também notar que certos setores entre os trabalhadores votaram pelos aspectos populistas do programa tomicista, o que permitiu à UP contar desde 4 de setembro com o apoio desses setores de base.⁷

O significado histórico do triunfo eleitoral da UP tem a ver com a maioria eleitoral da esquerda, independentemente das possíveis orientações da sua linha política, e seja ou não evitada a confrontação, abriu um período histórico novo para os trabalhadores. Novas massas populares importantes entraram na luta pelo socialismo enquanto que o triunfo eleitoral lhes deu consciência da vitória e do “direito ao governo” através dum programa, o que implicou em um processo irreversível nas futuras formas das suas aspirações ao poder. Na medida em que é certo que as classes dominantes não abandonaram gratuitamente os seus privilégios, o triunfo eleitoral confirmou a legitimidade e o caráter massivo da confrontação de classes, prelúdio da conquista do poder pelos trabalhadores.

Dentre as certezas do MIR, está a de que a batalha do Chile deveria ser travada: “Estamos certos que o triunfo eleitoral da esquerda constitui um ganho imenso no caminho para a conquista do poder e que favorece objetivamente o processo revolucionário do Chile, e por isso mesmo da esquerda revolucionária”⁸.

A importância do triunfo eleitoral da UP, que obteve maioria, concretizou o impasse em que se encontram as classes dirigentes e os trabalhadores, e fundamentou o direito teórico que a esquerda possui de assumir o gover-

no. Essa maioria eleitoral de esquerda produziu uma clarificação política e pode-se ver de um lado encarnada a aspiração dos trabalhadores que querem ser o governo, do outro a decisão das classes dirigentes que querem defender os seus interesses. Na realidade os dois campos preparam-se para uma confrontação que, cedo ou tarde, acabará com esse impasse. Pode-se notar aqui o movimento pendular do regime chileno que se estabeleceu. A orientação tradicional voltada para os setores da economia dependentes de infra-estrutura, repertório clássico dos economistas ortodoxos. Convivendo com esta receita amarga, a Unidade Popular de Allende procurava os caminhos para uma maior radicalização e efetivação do programa de reformas, que foi amplamente debatido nos conselhos de trabalhadores.

A UP esforçou-se por se tornar um governo a partir da maioria eleitoral obtida, o que significa ocupar as funções de presidente da República e confiar os ministérios aos membros da UP. Enquanto os aparelhos de estado e as estruturas militar-burocráticas permanecem intactas, será impossível ir mais longe; o Estado permanecerá como um instrumento de domínio e continuará a preencher a sua função de classe. Como diria Lênin, os verdadeiros detentores do governo são os inumeráveis pequenos funcionários, tecnocratas, burocratas e militares que constituem a camada saída dos ministérios e dos *trusts*, que só pela revolução podem ser corridos.

Passar de um “governo de esquerda” às fases mais avançadas que conduzem à construção do socialismo, depende da destruição ou da não destruição do aparelho do Estado capitalista, da participação efetiva ou não que as massas tenham nesse processo, da composição revolucionária das forças políticas que dirigem esse processo, das medidas tomadas contra o imperialismo e o capital industrial, financeiro e agrário. Tudo isso pode assegurar a orientação revolucionária do movimento, mas conduz sem margem para dúvidas à confrontação armada entre os trabalhadores e as classes dominantes.

A conquista do poder pelos trabalhadores exigiu a destruição do Estado como instrumento de domínio da burguesia e sua colocação a serviço dos interesses dos trabalhadores de todo o aparelho estatal; tem-se em vista o exercício efetivo do poder pelos trabalhadores, baseado no povo em armas e certas formas de poder local. Tudo isto para que o capital estrangeiro seja nacionalizado, para que os bancos e as fábricas pertençam a todo o povo, este era o projeto do MIR.

Sobre as possibilidades de aplicação do programa da UP, querer-se-ia determinar se esse programa poderia ser recebido passivamente pelo sis-

tema capitalista: fa-lo-emos partindo da sua formulação oficial e dos esclarecimentos prestados verbalmente por Allende. Não se trata de estudar somente as possibilidades teóricas do funcionamento abstrato do modelo econômico formulado por esse programa (posto em prática em circunstâncias históricas concretas: a NEP soviética, a política chinesa dos anos 1950). Os problemas para a agenda das reformas não surgiram apenas da amplitude do capital afetado pelas medidas eventuais; apareceram também das conseqüências políticas dessas medidas: direito de propriedade, exemplo possível para o resto do continente, etc. As teses partem da necessidade de destruir o Estado capitalista e, fundamentalmente, formulam um programa anti-imperialista e anti-capitalista.

Se numa primeira etapa procurou-se proteger o pequeno proprietário rural, o pequeno comerciante e o pequeno industrial, não foi possível no caso do Chile executar uma aliança com setores da burguesia industrial ou agrícola, e menos ainda protegê-los. Também não se ocultou sob uma “média burguesia” concessões a esses mesmos setores, como outros confusamente tentam fazer. As classes dominantes englobam os grupos estadunidenses e a burguesia industrial, financeira e rural. Para a agenda reformista de Allende não se tratou de aumentar o único setor econômico protegido pelo Estado para permitir que os setores da grande indústria e do capitalismo agrícola continuassem a desenvolver-se. O programa que foi estabelecido deveria ser na leitura dos militantes do MIR, um programa anti-imperialista e anti-capitalista, socialista nas suas linhas fundamentais, e não um programa democrático contra o imperialismo como pensado pelas forças da UP.

As medidas propostas pelo programa da UP não conseguiram ser absorvidas pelo sistema capitalista chileno. No domínio agrário, certos setores da burguesia industrial sustentam medidas que conferiram um impulso à industrialização da população agrícola, o que permitiu uma diminuição do custo dos salários industriais elevando o nível de vida da população camponesa incorporada por esse fato no mercado da produção industrial na altura, bloqueada pela ausência de um mercado interior. Mas essa burguesia não permitiu nunca a expropriação da maior parte das empresas agrícolas sem exigir uma indenização substancial, face ao problema de que os proprietários funcionavam também como empresários industriais e como proprietários de bancos, ou pelo menos pertencerem às mesmas famílias.

A UP propôs a nacionalização do cobre. Mas as necessidades e o preço elevado desse material no mercado mundial provocaram a aparição de enormes fontes de produção no resto do mundo; acrescentemos a isso a substituição a longo prazo do cobre por outros metais e a tendência do capital norte-americano para se deslocar dos setores de investimento tradicional (no Chile fundamentalmente na extração) para os dos produtos fabricados, das finanças e do comércio; isso explica a diminuição relativa dos investimentos mineiros americanos no Chile. Ao mesmo tempo, o governo norte-americano não tinha vontade de perder os lucros que o cobre lhe rendia a curto prazo na medida em que o seu preço era ainda elevado. Também em troca de uma “boa” indenização, da outorga de um prazo razoável e de possibilidades de transferir os seus capitais para outros domínios, não é possível que os capitalistas e, portanto, o Departamento de Estado permitam esse gênero particular de nacionalização. Assim, por exemplo, pode se explicar a aceitação complacente do “pacto de nacionalização” do regime limitado de Eduardo Frei. O caso da “indústria de monopólio” que a UP quer nacionalizar, é diferente. Esse setor da economia agrupava os interesses essenciais do setor mais importante e mais dinâmico da indústria chilena; melhor ainda, é aí que se transferem os capitais americanos, e pelas tendências observadas no Chile e no resto da América Latina, a burguesia pretendeu continuar a desenvolver-se aí associando-se aos capitais americanos e orientando-se para a procura de mercados exteriores através da formação de “mercados comuns” latino-americanos e regionais. A aceitação passiva por uma parte das classes dominantes nacionais e estrangeiras da nacionalização desse setor, seja qual for a forma ou o montante da indenização, parece mais difícil na medida em que se trata das bases econômicas do capitalismo e do sistema de domínio imperialista.

Os bancos chilenos pertenciam aos setores mais importantes da burguesia e do imperialismo; constituindo o grau mais acabado do seu desenvolvimento e a distribuição do crédito conforme a sua vontade e uma função econômica que não cederam facilmente tendo em vista a importância dos lucros que daí tiram. Se a administração racional do crédito pelo Estado convém aos comerciantes, industriais e agricultores de pequeno capital, a nacionalização da banca não pode senão lesar os interesses poderosos, e pode-se duvidar da sua aceitação passiva por aqueles de quem ela poria em causa as bases do poder e da riqueza. A partir do desenvolvimento destas teses o MIR dissertava da seguinte maneira:

Creemos assim que o programa da UP atinge centros vitais do capitalismo tais como as empresas estrangeiras, o capital financeiro, o setor dos monopólios da grande indústria e o latifúndio. Acreditamos igualmente que se este programa for realizado, provocará uma contra-ofensiva imperialista e burguesa que, juntamente com as aspirações e as energias que se libertam ao nível das massas, obrigará a uma radicalização rápida do processo. É por isso que, embora o programa da UP não seja idêntico ao nosso, nós apoiaremos a realização destas medidas. Evidentemente, o curso dos acontecimentos decorrentes da aplicação destas medidas dependerá fundamentalmente da forma que ela assumir nos diversos setores (expropriação, associação com o Estado, controle indireto, etc.), da amplitude da aplicação (percentagem dos bancos atingidos, da indústria mineira, determinação do que se entende por latifúndio e monopólio industrial, etc.), dos prazos e da ordem dentro dos quais serão tomadas, da forma de indenização (prazos, em espécie ou não, formas de avaliação, etc.). Tudo isto não foi ainda claramente precisado e parece ser um motivo de discussão entre as forças da UP e os seus técnicos. Creemos que os problemas em questão serão resolvidos mais ou menos radicalmente, segundo a força política, social e militar com a qual será necessário contar no momento de assumir o governo e depois disso.

A título de conclusão voltamos ao ponto que provocou os autores deste trabalho, como podemos reformar sem racionalizar? Ou melhor dizendo, sem excluir? Cepalinos, social-democratas, liberais patinam, e a teoria da dependência e do sistema mundial capitalista ainda carece de elementos de análise política e cultural que expliquem os impasses contemporâneos. Finalizamos agora assim com a perplexidade do Manifesto do MIR em 1972:

A estratégia da luta armada foi fundamentalmente posta em causa?. Temos sempre afirmado que a conquista do poder pelos trabalhadores apenas será possível pela luta armada. Sabe-se que é necessário atingir esses interesses poderosos que estão

protegidos pelo aparelho do Estado capitalista, e que, prova-o a experiência histórica, as classes dominantes não hesitarão em empregar a violência para defender o seu poder e as suas riquezas. Nunca afastamos a possibilidade dum país chegar ao socialismo como um “fruto maduro”, quando, agonizante o capitalismo mundial, o socialismo predominar sobre o planeta. Mas ainda não atingimos esse ponto.

Temos sustentado que a luta armada assumirá a forma de uma guerra revolucionária prolongada e irregular, e que ela não poderá ser uma insurreição popular que dê nalgumas horas o poder definitivo aos trabalhadores, porque apesar do recuo do imperialismo no Vietnã e os processos da revolução colonial no mundo, o imperialismo é ainda terrivelmente poderoso de imediato, assim como as classes dominantes da América Latina. Só uma forma de guerra irregular, que, desenvolvendo-se política e militarmente, enfraqueça as classes dominantes e fortifique os revolucionários, poderá ter êxito no Chile.

O triunfo eleitoral da UP não mudou fundamentalmente essas condições. A confrontação é somente adiada, e quando se produzir, assumirá um caráter massivo e será ainda mais legitimamente fundada, o que torna mais importante do que nunca a estratégia da luta armada. Não variando fundamentalmente a correlação mundial das forças, a luta definitiva pelo poder deverá assumir por seu turno um caráter irregular e prolongado. É evidente que o que precede não destrói o fato de que o triunfo eleitoral da UP traz já modificações na primeira fase da luta pelo poder, luta que pode ir desde um levantamento popular à guerra civil e à guerra revolucionária que terá imediatamente um apoio popular massivo. Isso é fundamental e conduz-nos a ajustamentos necessários nas formas táticas do combate. A ação direta, a mobilização de massas por métodos revolucionários e a guerra de ruas impor-se-ão enquanto reinar o sistema capitalista, enquanto os campos e as cidades chilenas conhecerem a exploração e a miséria e os trabalhadores se unirem contra os patrões.

É evidente que será preciso encontrar as adequações conformes ao momento político vivido, quanto à oportunidade, ao

conteúdo, a forma e a amplitude destas formas de luta. Para já, todas as tarefas devem nesse plano, ter em vista a defesa do triunfo eleitoral da esquerda e combater as organizações de extrema-direita. Depois, será preciso pressionar para a realização do programa no seio das “frentes massivas”.⁹

Notas

1. Correspondente no Oriente Médio e autor de *A guerra das civilizações: a conquista do Oriente Médio*.
2. Pedro Vuskovic. *Socialismo no Chile?* Coimbra: Editora Aqueva, 1972. p. 45.
3. Idem p. 63.
4. Fernando Henrique Cardoso. *Imperialismo e dependência*. Lisboa: Mondar Editores, 1974. p. 57.
5. Idem. p. 58.
6. Ruy Mauro Marini. *Chile: uma experiência na América Latina*. Lisboa: Editorial Presença, 1972. p. 13.
7. Idem. p. 30.
8. Idem. p. 42.
9. Idem. pp. 67-69.

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*, v.3. Editora FGV, CPDOC: Rio de Janeiro, 2001.
- ALLENDE, Salvador *Uma experiência na América Latina: o pensamento de Salvador Allende*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Imperialismo e dependência*. Lisboa: Mondar Editores, 1974.
- FERREIRA, Marieta Moraes de. *João Goulart: entre a memória e a história*. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2006.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1971.
- GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2007.
- MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: Dependencia y Globalización*. CLACSO/Prometeo Libros: Buenos Aires, 2007.
- _____. *Chile: uma experiência na América Latina*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.
- _____. *Dialética da dependência*. Vozes: Petrópolis, 2000.

MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline e FREIXO, Adriano. *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. PUC-Rio/Contraponto: Rio de Janeiro, 2006.

Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. 1963-1965. Síntese. Celso Furtado. Presidência da República, 1962.

ROSSANDA, Rossana. *Salvador Allende: su pensamiento político*. Buenos Aires: Granica Editorial, 1973.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: a democracia golpeada. In: Seminário 40 anos do golpe de 1964. *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. 7 Letras: Rio de Janeiro, 2004.

VICARIO, Guido. *Militares e política na América Latina*. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro: 1979.

VUSKOVIC, Pedro. *Acusación al imperialismo*. México: Fondo de Cultura Económico, 1975.

_____. *El golpe de Estado en Chile*. México: Fondo de Cultura Económica, 1975.

_____. *La CIA contra América Latina*. Moscou: Editorial Progreso, 1984.

_____. *Socialismo no Chile?* Coimbra: Editora Agueva, 1972.

Resumo

Este artigo analisa em linhas gerais as reformas de base propostas por Salvador Allende e João Goulart. Pretendemos por um lado descrever e identificar os principais fatos políticos ocorridos no Cone Sul na década de 1960 e, por outro, relacionar estes acontecimentos ao movimento das idéias reformistas socialistas e revolucionárias da época.

Palavras-chave:

Capitalismo dependente; Subdesenvolvimento; Salvador Allende; Golpe no Chile; João Goulart; Reformas de base.

Abstract

This study about structural reforms during the period when Salvador Allende governed Chile, pretends to describe and identify the principal political facts occurred in the South of Latin America in the sixties and relate these facts to the movement of socialist and revolutionary ideas of structural reforms.

Key-words

Dependent capitalism; Underdevelopment; Salvador Allende; Structural reforms; *Coup d'état* in Chile.